

CULTURA TERENA: AGRICULTURA, MITO E MANDIOCA ATRAVESSANDO SÉCULOS ATÉ ARARIBÁ

Cláudio da Silva Félix Terena¹

Cleber Silva Félix Terena²

Edenilson Sebastião Terena³

Irineu Sebastião Terena⁴

Introdução

Atualmente a mandioca é cultivada em muitos países, representando 60% da produção mundial, e no Brasil ela ocupa o sexto lugar na produção agrícola. A raiz, que já existia bem antes da chegada dos europeus na Terra de Vera Cruz, era tradicionalmente cultivada pelos indígenas, de forma rudimentar e voltada à subsistência.

Em decorrência das influências externas por parte do Estado e da iniciativa privada dos não indígenas ao longo dos séculos aconteceram as transposições do povo Terena, sendo que uma delas, formada por algumas famílias alcançaram a Terra Indígena Araribá, localizada no município paulista de Avaí, no ano de 1932.

Entre a bagagem cultural, os Terena trouxeram, além do manuseio com a cerâmica e a tecelagem, os conhecimentos relativos à agricultura, situação que lhes proporcionou a condição de sedentários. Com o desenvolvimento tecnológico e a ampliação do capital sobre o campo, somados ao contato intercultural, a agricultura rudimentar e tradicional dos Terena sofreu alterações significativas. Aos conhecimentos elaborados a partir das experiências cotidianas, da relação com o espaço e com os homens, relatados e explicados através da mitologia, novos conhecimentos e novas técnicas foram conhecidas e aprendidas. O Mito da Origem Terena e o Mito da Mandioca exemplificam a relevância da mitologia para os indígenas, aqui, para os Terena que têm neles a explicação da própria origem, da

1 Membro da Aldeia Indígena Kopenoti, na Terra Indígena de Araribá - Avaí - SP.

2 Membro da Aldeia Indígena Kopenoti, na Terra Indígena de Araribá - Avaí - SP.

3 Graduado em Geografia pela Universidade do Sagrado Coração de Bauru e Cacique da Aldeia Indígena Kopenoti, na Terra Indígena de Araribá - Avaí - SP. E-mail: chicaoTERENA@gmail.com

4 Indígena da etnia Terena do Estado de São Paulo. Graduado em História e Especialista em Antropologia Cultural pela Universidade do Sagrado Coração de Bauru. Presidente da ARACI Cultura Indígena. Autor Indígena dos livros ilustrados dos mitos de origem e criação: Terena, Kaingang, Guarani. Representante no Estado de São Paulo da Comissão Nacional Escolar Indígena - CNEEI. Representante Titular Indígena no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEIA da cidade de Bauru SP. Suplente no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Bauru. E-mail: araciculturaindigena@gmail.com

atribuição dos significados, da manutenção e da reconstrução da identidade tendo como elemento central, a raiz. A cultura da mandioca materializa o imaginário social do povo Terena e, resgatá-lo na comunidade do Araribá, interpretá-lo e divulgá-lo entre os indígenas e não indígenas, utilizando-se inclusive, dos recursos tecnológicos disponíveis é o grande desafio dos que aqui têm a oralidade e o diálogo como a metodologia necessária para a existência e a resistência cultural.

O Araribá – Terra Indígena

Para caracterizar a Terra Indígena Araribá, a sua atividade econômica predominante, a opção pelo cultivo da mandioca, precisamos saber a história e a cultura do povo Terena. Devemos conhecê-la tomando como referência a história do Brasil e das suas populações, o contexto socioeconômico, político e cultural da região oeste do Estado de São Paulo, destacando a perspectiva e a situações dos povos indígenas diretamente afetados pelos interesses e pelas opções dos que têm o poder das decisões e o controle sobre os processos decorrentes, precisamos buscar principalmente, a perspectiva dos indígenas, tão desprezada e ocultada pela História.

Segundo o site oficial da FUNAI, a Terra Indígena Araribá possui uma área de 1.930,3369 hectares, estando localizada no Estado de São Paulo, a 369 km da capital e a 16 km de Avaí, a 22 km de Duartina e a 41 km de Bauru. No Araribá há quatro aldeias, a Aldeia Terena denominada Ekeruá, a Aldeia Terena Kopenoti, onde vivem também algumas famílias Kaingang, a Aldeia Guarani Nimuendajú e a Aldeia Tereguá, formada pelos indígenas provenientes da etnia Guarani e Terena.

Buscando nos referenciais bibliográficos, no Boletim do Museu do Índio consta o registro referente ao primeiro nome atribuído ao espaço no ano de 1911, batizado como "*Terra da Povoação Indígenas de Araribá*", nomenclatura que perdurou até 1945. No decorrer dos anos houve alterações estando hoje denominada Terra Indígena Araribá.

O nome Araribá, decorre do nome do rio de mesmo nome que corta as terras da reserva, sendo a palavra araribá em sua etimologia, derivada de ararí'wa que segundo Grassi (2012), significa "árvore de arara" (2012, p.32). A árvore Araribá tem como características porte grande, entre 10 e 15 metros de altura, flores em cachos na extremidade dos ramos, amarelas com pedúnculos marrom, fruto grande, alado e com espinhos com aproximadamente 25 cm (ÁRVORE do Brasil, 2017).

A gleba de terras onde está localizada a Reserva Indígena Araribá, antes de sua demarcação, eram terras devolutas, ou seja, terras públicas cedidas pelo Estado, no caso, cedidas pelo Governo do Estado São Paulo para SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) em 1910. A situação de "terras devolutas" admitia ocupação somente se houvesse abandono das mesmas pelos indígenas que nela viviam.

Para Diniz (1979), o processo referente à demarcação da "*Terra da Povoação Indígenas de Araribá*", começou bem antes de 1910, pois nesse ano as terras já tinham sido medidas e demarcadas. Somente em 1913 que o conselheiro Rodrigues Alves reservou de fato essas terras, como local próprio para os indígenas que hoje estão localizados no município de Avaí, São Paulo (1979, p. 09)

A chegada às Terras do Araribá

A história das migrações dos indígenas para a reserva está ligada aos fatores religiosos, econômicos ou aculturativos. Em Mello (1995, p.37) encontramos menção à história dos Guarani que a partir do século XIX haviam iniciado um movimento de migração para o Leste, motivados por fatores religiosos, de inspiração nos sonhos dos seus pajés, que profetizavam a destruição da Terra e a necessidade de marcharem em busca da Terra Sem Mal, onde “não se morre”. No ano de 1892, os Guarani chegaram aos sertões de Bauru, estabelecendo aldeia na região do Rio Feio. Em 1902, em função dos ataques Kaingang, abandonaram a região em direção à foz do rio Avari, afluente do Batalha. Com o avanço da estrada de ferro Noroeste, foram obrigados a migrar novamente.

Em decorrência das disputas pelas terras na região de São Paulo, os indígenas foram confinados em um regime severo em aldeamentos. Para Bittencourt e Ladeira (2000), em 1905, enquanto os conflitos entre Kaingang e trabalhadores da construção Noroeste do Brasil intensificavam, Curt Nimuendaju no município de Avaí, tentava convencer os poucos guarani residindo às margens do rio Araribá a ficar na “*Terra da Povoação Indígenas de Araribá*”. No ano de 1912, o etnólogo Curt Nimuendaju recolheu alguns sobreviventes que espalhavam-se pelos núcleos próximos a Jacutinga, Itaporanga, Piraju, Salto Grande e de várias povoações do litoral de São Vicente, Monguaguá, Bananal e Aguapeí, conduzindo-as à Reserva.

O povo Guarani não era sedentário, sobrevivia da caça e da coleta e do manuseio com matéria-prima extraído da natureza como capim, taquara e sementes.

No ano de 1919, os Guarani do Araribá foram atingidos pela gripe espanhola e dizimados pela doença. Nesse cenário, e diante da ameaça dos fazendeiros, grileiros e demais interessados na conquista de terras, o Marechal Candido Mariano Rondon propõe a transferência dos Terena para “*Terra da Povoação Indígena de Araribá*” (CARVALHO, 1979, p.72). Os Terena, povo de tradição agrícola, poderiam ocupar e permanecer na área. A partir de 1932, teve início a chegada dos Terena, provenientes do Mato Grosso do Sul.

Mito etecnologia na Agricultura: do Exiva a Araribá

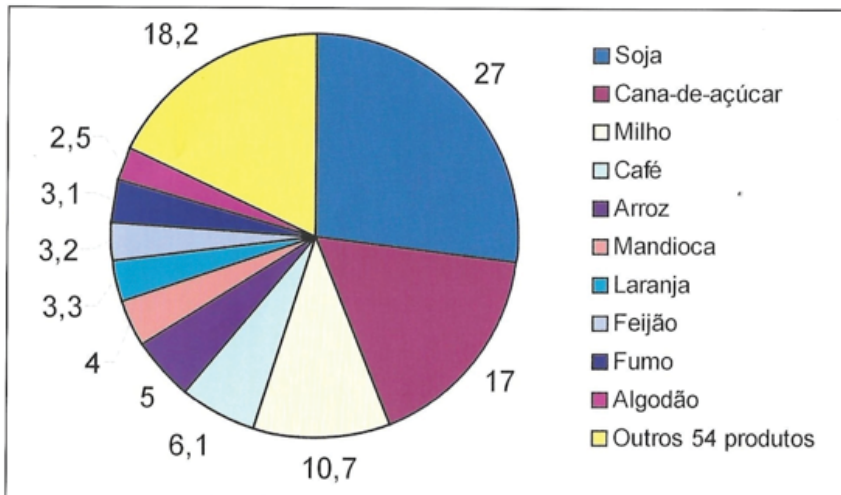
Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a agricultura familiar (PASSOS; CALGARO, 2016) é responsável por 33% do total de mandioca produzido anualmente no Brasil. Sendo assim, temos a clareza de que é preciso fortalecer a agricultura familiar para disponibilizarmos alimentos básicos mais baratos para a população e, ao mesmo tempo, contribuímos com o combate da fome e da desigualdade social tanto no campo quanto na cidade. Pensando regionalmente e a partir da realidade do Araribá, é urgente a necessidade de ampliarmos a produção agrícola (mandioca e outros cultivares) na Terra Indígena Araribá e, também, melhorarmos os meios de escoamento do excedente produzido para mercados consumidores das cidades da região.

A possibilidade de ampliação da produção agrícola na Terra Indígena Araribá proporcionará condições para a geração de empregos e de rendas contínuas para

as famílias, resultando na superação das dificuldades advindas da sazonalidade do emprego, que resulta atualmente nas dificuldades de subsistência da população local, nas dificuldades para os cuidados com a própria terra e para a aquisição de ferramentas e maquinarias necessárias à produção.

O Gráfico abaixo expõe a relevância da cultura da mandioca na agricultura brasileira.

Gráfico 1. Participação dos principais produtos, em porcentagem, no valor da produção agrícola brasileira



Fonte: IBGE 2009

A prática da agricultura em Araribá foi acentuada a partir da chegada das primeiras famílias Terena. Segundo Oliveira e Pereira (2007), antes de se fixarem totalmente no Mato Grosso do Sul, seu local de origem era a região conhecida como "Exiva".

"...os Terena constituem um grupo étnico descendente dos antigos Guaná – Chané (ou Guana ou Chané), região da bacia do rio Paraguai, região do Chaco e do Pantanal, cuja a língua está filiada à família linguística aruak... fontes textuais que informam sobre as origens desse grupo étnico reúnem relatos de viajantes, missionários, militares e administradores que nos séculos XVIII e XIX mantiveram contatos com populações identificadas como sendo as ancestrais dos atuais Terena" (2007, p. 6).

No Exiva, o povo Terena mantinha viva a sua cultura com a produção de objetos em cerâmica e tecelagem. Eram também hábeis agricultores, viviam praticamente do que plantavam. A língua-mãe do povo Terena pertence ao tronco linguístico Aruak.

Carvalho (1979), afirma que de todos os povos primitivos que habitam o território do Brasil, os povos do grupo Aruak foram os que atingiram um grau de cultura mais elevada.

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000), os Terenas faziam ferramentas primitivas com o cerne resistente extraído de uma árvore e com elas viravam e trabalhavam a terra para o plantio. Povos ágrafos que cultivavam as terras com instrumentos rudimentares. Essa peculiaridade, segundo Sebastião (2016), está relacionada ao próprio mito de origem, onde o próprio ser mitológico é mencionado como aquele que ensina tudo sobre a agricultura aos Terena.

“[...] Urekayuvakai separou cada um para seu lado, eram gente de todas as raças. Como o mundo era pequeno, Urekayuvakai aumentou para caber todos. Antes das pessoas irem cada um para seu lado, Urekayuvakai ensinou tudo o que era preciso para sobreviver na terra: ensinando a roçar e plantar, e para isso deu carocinho de feijão, milho e também raiz de mandioca, ensinou a maneira certa de plantar [...]” (NJE/A, 2016, p.28)



Fonte: livro Mito de Origem do Povo Terena (NJE/A, 2016, p.28)

Bittencourt e Ladeira (2000) relata que os europeus ao chegarem a Exiva, navegando pelo Rio do Paraguai, em decorrência dos boatos sobre “a lenda do ouro e prata” que tinha por objetivo atizar a cobiça, os olhares dos invasores para aquele lugar e o movimento migratório, logo a ocupação da região, obrigou os Terena a deixarem as terras às pressas, pois com os europeus, vieram as mortes e a destruição das aldeias. Os Terena foram para outra região no Mato Grosso do Sul

no século XVIII, no forte de Coimbra e nas vilas das Serras do Albuquerque entre os rios de Miranda e Paraguai, onde reconstruíram as suas aldeias e a sua sociedade, retomando o que sabiam fazer: plantar para sobreviver.

A produção agrícola possibilitou o comércio e as trocas com os habitantes da redondeza levando aos poucos a substituição da tecnologia do caniço, ferramenta tradicionalmente usada pelos Terena na agricultura, pelas ferramentas de metal, trazidas pelos europeus.

No século XIX, entre os anos de 1825 e 1829, especificamente no Mato Grosso do Sul, relatos sobre a produtividade agrícola do povo Terena registravam o crescimento da produção. Informações registradas nos anais da Expedição Langsdorf, composta por estudiosos estrangeiros que, autorizados por pela coroa portuguesa, D. Pedro II, vinham à colônia para estudar os animais e plantas brasileiras.

Para Bittencourt e Ladeira (2000),

“...um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação...língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português....Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar o algodão, o tabaco...” (Hercule Florence, 1825-1829) (2000, p.42).

Os produtos cultivados na agricultura pelos Terena no período Imperial deixaram de ser somente para o consumo próprio, o excedente produzido passaram a ser vendidos em Cuiabá. A situação do crescimento produtivo é comprovado quando da Guerra do Paraguai, onde os Terena forneceram alimentos para os combatentes.

“O Brasil, a Argentina e o Uruguai uniram-se e formaram a tríplice Aliança para combater os paraguaios [...] Os Guaicuru lutaram ao lado do exército brasileiro [...] Terena, que sempre foram grandes agricultores, além de enfrentar o exército paraguaio, também participaram na guerra.” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000)

O relato dos moradores da Reserva Indígena: a prática social como ponto de partida

Como fora escrito anteriormente, as primeiras famílias Terena chegaram à *“Terra da Povoação Indígena de Araribá”*, no ano de 1932. O conhecimento relativo à nossa história e ao início da agricultura na Reserva Indígena Araribá, está nas lembranças e nos relatos orais dos Terenas mais velhos.

O Terena Cassiano Sebastião (68), nascido na Aldeia de Limão Verde, município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, relata as dificuldades de antigamente para plantar e trabalhar a Terra. Seus conhecimentos sobre as histórias de antigamente, são lembranças transmitida pelo pai Balbino Sebastião falecido em 1987, que teria vindo na primeira leva de Terena para Araribá.



Foto: Edenilson Sebastião – Cacique Chicão

Figura 1. Cassiano Sebastião (68) morador da Aldeia Kopenoti.

A riqueza da agricultura Terena é retratada no relato de Cassiano Sebastião:

“Antigamente na aldeia Limão Verde plantavam-se arroz, milho, feijão de vara e mandioca. Esses produtos não eram vendidos, era para a sobrevivência. Cheguei na Reserva Araribá em 1954, com sete anos de idade, meu pai, Balbino Sebastião, falava que Marechal Rondon foi quem trouxe os Terena do Mato Grosso, pois os Guarani estavam morrendo e nós viemos para assegurar a terras indígenas. Em 1954, aqui a plantaçoão era de amendoim, feijão tinha fins comerciais e a mandioca somente pra consumo na aldeia. As ferramentas não eram iguais às de hoje, não tinha trator na aldeia, para virar a terra era por tração animal, foice, enxada. Tenho em meu quintal algumas ferramentas antigas como a picareta e a ponta de ferro para ser usada com tração animal, era utilizada para arrancar mandioca e virar a terra.”



Figura 2. Picareta para arrancar mandioca



Figura 3. Ponta de ferro para arado utilizado na aldeia por seu Cassiano em 1965.

Fotos: Ednilson Sebastião - Cacique Chicão.

Em sua fala, Cassiano comenta sobre a substituição das ferramentas de trabalho, da atuação e da presença do Estado através da FUNAI, concretizando os projetos específicos voltados à agricultura. A partir dessa situação, referiu-se às dificuldades enfrentadas atualmente, para a obtenção do apoio do Estado, tanto em nível municipal, estadual como federal, inclusive das dificuldades de acesso às informações referentes à disponibilidade de verbas e demais auxílios e programas públicos. O relato é ilustrado com fatos muito recentes, como o da última colheita de mandioca que demandou financiamento junto ao banco. Para poder produzir e comercializar, solicitou empréstimos com benefícios oferecidos aos pequenos agricultores, com juros baixos e longo prazo para o pagamento, condição para que conseguisse atender aos compradores e abastecer o mercado com os seus produtos, mas a solicitação foi negada pelo banco:

“Não posso fazer um empréstimo para comprar um veículo para transportar minhas mandiocas, porque o banco disse que eu não tenho terra”.

Esse tipo de discriminação contra o indígena, independente da etnia e do espaço ocupado não poderia ter acontecido, pois, no livro *Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira*, sobre o Etnodesenvolvimento, no Capítulo XIII, Do Crédito Rural no Art. 48 diz sobre o

[...] *“instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação..]* e o inciso III, que tem relação direta com os interesses e as necessidades dos indígenas encontramos o seguinte texto *“incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vidas das populações rurais [...]”.* (SILVA, 2008, p.737)

Em decorrência da situação relatada anteriormente, não são todos os indígenas que querem plantar e produzir nas terras da aldeia que conseguem atingir tal objetivo, daí o “movimento pendular” diário entre a aldeia e a cidade, e entre a aldeia e as fazendas da região, na condição de bóias-frias nas plantações de laranja e cana-de-açúcar. Alguns são obrigados a fazer esse movimento entre a aldeia e outro estado em decorrência da escassez da oferta de empregos, dirigindo-se sazonalmente às colheitas da maçã nas fazendas do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa situação, os indígenas têm as condições de saúde afetadas, pois, entram em contato com o agrotóxico, distanciam-se de suas famílias, situação que agrava ainda mais os problemas quando poderiam viver em melhores condições de vida na sua terra, poderiam se organizar ao organizar a produção interna, os cuidados com a terra, a partilha comunitária, a estruturação do trabalho familiar e comunitário e as várias ações que dela demandam como os cuidados com os trabalhadores, as decisões e opções sobre os produtos e equipamentos. Da forma como vem sendo empregados, desestruturam a organização da própria comunidade e dos seus laços culturais.

A produção agrícola requer investimentos e condições que não estão limitadas às condições tecnológicas e o montante de investimento necessário não está ao alcance dos moradores das aldeias. A situação está presente e constante nos discursos dos indígenas agricultores da Aldeia; as queixas são relativas aos não incentivos, parcerias e políticas públicas para o pequeno agricultor familiar indígena.

Em decorrência da inexistência de políticas públicas adequadas para os pequenos agricultores, os produtores indígenas ficam dependentes dos atravessadores. Esses definem o preço da produção no ato da compra, desvalorizando os produtos e a mão de obra.

Segundo Onofre Lipú (70), pequeno agricultor nascido e criado na Reserva Indígena de Araribá, onde atuou como cacique no período de 2004/2005 e atualmente trabalha como cultivador de mandioca, a inexistência de compradores fixos resulta na insegurança do produtor.



Foto: Ednilson Sebastião - Cacique Chicão.

Figura 4. Onofre Lipú em sua plantação de mandioca na aldeia kopenoti.

“Desde criança eu trabalho na agricultura, precisamos de um comprador fixo para comprar toda nossa produção. Temos um caminhão para nos ajudar, mas por falta de recursos e por não ter um cliente fixo ele fica parado devido aos gastos que são de valor alto. Possuímos o trator que vira a terra e que temos que pagar diária quanto é utilizado trator de fora, são 120 reais. Utilizando o trator da aldeia são 40 reais por hora (diária, combustível e manutenção). Precisamos ser vistos pelo governo como pequenos agricultores familiares que ajudam na produção de mandioca no Brasil e ter os mesmos direitos dos agricultores não indígenas. Precisa de investimento em nossa produção para circular nossos produtos rápido, tem a tecnologia, mas não tem investimentos específicos para nossa agricultura. Hoje na aldeia precisa aumentar a produção, pois compradores querem quantidades grandes, hoje o que se produz não é pouco diante do mercado. Tempos atrás, a FUNAI ajudava, agora não ajuda mais em projetos específicos para esse aumento na produção não só da mandioca, mas de outros produtos extraído da agricultura, precisamos de produção de produtos em pequenos e longos prazos”.

Edilson Sebastião (41) agricultor e morador na Reserva Indígena Araribá, conta que seu trabalho sempre foi na agricultura aprendendo a trabalhar com seu pai Tito e de lá pra cá, o sustento de sua família tem saído das terras de Araribá.

Entre as lembranças, Edilson mencionou o convívio e o trabalho realizado através das ferramentas antigas, de posse e conhecimento do seu pai Tito. Ao trabalharem juntos, quando o pai tinha condições físicas e eram jovens, pôde acompanhar a introdução de novas ferramentas ao longo do tempo. Segundo Edilson, as novas ferramentas facilitaram os trabalhos dos agricultores indígenas, fazendo aumentar a produção da agricultura na aldeia.

Na sequência, seguem algumas ferramentas e máquinas que proporcionaram a inovação na agricultura praticada na Aldeia Kopenoti:



Figura 5. Arrancador de Mandioca



Figura 6. Planaideira – consertar estradas



Fotos: Ednilson Sebastião - Cacique Chicão.

Figura 7. Arado aiveca para tombar a terra



Figura 8. Grade Roma para gradear terra



Fotos: Ednilson Sebastião - Cacique Chicão.

Figura 9. Carreta para transportar os produtos agrícolas



Figura 10. Trator comunitário 1.
Reivindicação do vereador indígena Paulinho Paykã



Fotos: Ednilson Sebastião - Cacique Chicão.

Figura 11. Trator comunitário 2 (antigo)



Figura 12. Caminhão para escoar os produtos agrícolas

Essas máquinas e ferramentas vieram para facilitar a vida dos pequenos agricultores na aldeia, mas não é o suficiente para a manutenção da agricultura familiar na aldeia. Somada às políticas públicas que garantam a continuidade dos projetos temos o grande desafio de romper com a visão preconceituosa que perdura durante séculos e que mantém a estrutura que impede as mudanças e transformações necessárias.

Essa consciência dos indígenas foi manifestada por Edilson Sebastião que alerta para a necessidade da sociedade conhecer e conscientizar-se em relação aos indígenas, deixando de olhar de forma romântica e exótica para o indígenas. Os escritores indígenas e brancos precisam retratar a realidade das comunidades indígenas, o contexto das aldeias, as dificuldades das suas populações, o agravamento das condições das crianças, adultos e idosos diante da impossibilidade produtiva dentro das aldeias, das dificuldades que acompanham todo o processo, do início ao fim do plantio e da comercialização dos produtos da aldeia.

“O governo tem que olhar mais para agricultura familiar indígena da aldeia, pois nem todos na aldeia têm condições de plantar, trabalhar a terra. Porque precisam gastar com óleo diesel, diária, manutenção dos equipamentos agrícola, capinação. Na aldeia tem terras, bom seria se todos pudessem trabalhar em sua própria terra sem sair para fora da aldeia nas fazendas até indo para outro estado, deixando suas famílias. Precisa de incentivo por parte do governo para ter parcerias, escoar os produtos rapidamente dando condição de produzir outros produtos de curto prazo.

O professor de geografia e Cacique Edilson Sebastião (43), conhecido como Chicão Terena, morador da Reserva Indígena Araribá, com uma visão aguçada e esclarecida em decorrência do engajamento nas questões e nos movimentos indígenas enquanto liderança e representante comunitário, tem apresentado as necessidades e as demandas das famílias de sua aldeia. Com várias experiências em projetos de agricultura familiar na aldeia trouxe amadurecimento para as discussões e para o estabelecimento de vínculos com os indígenas e não indígenas externos à aldeia, através de parcerias e projetos na busca de fomentar políticas públicas, voltadas aos pequenos agricultores indígenas, à agricultura sustentável e à geração de renda para as famílias. Edilson lembra o Artigo 29 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do ano de 2008:

“Os povos indígenas têm direito à conservação e à proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas para assegurar essa conservação e proteção, sem qualquer discriminação”.

Analisando as possibilidades para o escoamento dos produtos agrícolas da aldeia, para o aumento da capacidade da produção agrícolas e envolvimento de maior número de famílias na agricultura, Chicão registra a sua visão e a sua luta enquanto líder:

“Pra mim, antes de pensar em lucros, primeiramente reconhecemos que a mãe Terra é sagrada para o nosso povo, pois ela que dá o alimento para nós e ao mundo, por isso cuidamos bem dela. Analisando como liderança, observo que o meu povo precisa sobreviver e pra isso precisam se alimentar, temos terra para plantar, mediante aos nossos esforços e a nossas possibilidades, realizando atividades econômicas na comunidade indígena Kopenoti. Mas não são todos que cultivam a terra, faltam incentivo do governo na agricultura familiar dentro da aldeia, muitos tem que sair para trabalhar fora da aldeia e isso não é bom nem para quem vai e nem para família quem fica. Nós indígenas estamos diante de um cenário político que vem sucateando a FUNAI cada vez mais, uma política anti-indígena, a opressão externa dos grandes latifundiários, fazendeiros talvez essa situação tem levado a invisibilidade dos pequenos agricultores indígenas. Precisamos nos preparar para futuros desafios na nossa comunidade para lidar com um possível aumento na produção em grande escala caso o governo a incentive, teremos concorrência de mercado mas no capacitaremos. Procuraremos evitar os danos ambientais devido ao uso de agrotóxicos, pois é muito utilizado em torno da nossa reserva indígena Araribá. Estamos procurando formas para manter a organização da nossa associação indígena, procurando parcerias visando ser aliados na busca de projetos sustentável e políticas públicas aos nossos pequenos agricultores indígenas. Organização social é um desafio ao nosso povo indígena, diante do cenário político de governo, na qual enfrentamos no século XXI.

Na Aldeia Kopenoti temos terra para plantar; só falta à boa vontade do governo em formular ou até mesmo rever as condições de subsídio para a agricultura familiar dentro das aldeias, deixando bem claro que não queremos só projetos, pois eles acabam quando troca o governo, queremos políticas públicas que assegurem nossos direitos como indígenas e como pequenos agricultores familiares.

A MANDIOCA

Segundo Carvalho (1979), foram os Aruak que trouxeram a mandioca para essas terras, vindos das encostas da Bolívia. A cultura da mandioca atravessou séculos e é produzida em todo o território brasileiro.

Alimento rico em proteína, consumido antes e pós-sistema colonial pelos indígenas e pelos brasileiros, tem importância que ultrapassa a econômica atingindo a cultura. Em torno da mandioca mitos como o da “*Mani’oca*” o para os Terena expõem a relevância da raiz.

Em Lendas e mitos do Brasil, Alves e Pereira (2007) registra a lenda da Mandioca:

“Em épocas remotas, a filha de um poderoso tuxaua foi expulsa de sua tribo e foi viver em uma velha cabana distante porter engravidado misteriosamente. Parentes longínquos iam levar-lhe comida, e assim a índia viveu até dar à

luz uma linda menina, muito branca, à qual chamou de Mani. A notícia do nascimento espalhou-se por todas as aldeias e fez o grande chefe tuxaua esquecer as dores e os rancores e cruzar os rios para ver a filha. O nono avô se rendeu aos encantos da linda criança a qual se tomou muito amada por todos. No entanto, ao completar três anos, Mani morreu de forma também misteriosa, sem nunca ter adoecido. A mãe ficou desolada e enterrou a filha perto da cabana onde vivia e sobre ela derramou seu pranto por horas. Então, seus olhos cansados e cheios de lágrimas viram brotar sobre a campá da filha uma planta que cresceu rápida e fresca. Todos vieram ver a planta miraculosa que mostrava raízes grossas e brancas, em forma de chifre. Todos queriam provar das raízes, em honra da criança que tanto amavam. Desde então, a planta passou a ser um excelente alimento para os índios e para toda a região. Entre nós, seu nome é formado pelas palavras *mandi* (uma variante de Mani, o nome da criança) e *oca* uma variante de *aça*, que significa “semelhante a um chifre”.

Para Lorenzi (2012), a mandioca é o alimento que se encontra entre os dez produtos agrícolas mais vendidos e consumidos no mundo, com aproximadamente de 230 milhões de toneladas produzidas anualmente. Os dados da Tabela 1 mostram os principais países produtores de mandioca.

Tabela 1. Área colhida, produção e rendimento de mandioca, em 2010, pelos principais países produtores

Países	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
Nigéria	3.125	37.504	12,00
Brasil	1.773	24.354	13,74
Indonésia	1.183	23.908	20,20
Tailândia	1.168	22.006	18,83
República Democrática do Congo	1.855	15.050	8,11
Gana	875	13.504	15,43
Mundo	18.419	228.549	12,41

Fonte: FAO (2011 *apud* VIEIRA, 2011)

Para Lorenzi (2012) em consonância com Carvalho (1979), a mandioca é originária do continente americano, consumida pelos próprios indígenas,

“Originário do continente americano, provavelmente do Brasil Central, a mandioca já era amplamente cultivada pelos aborígenes, por ocasião da descoberta do Brasil. Eles foram os responsáveis pela sua disseminação por quase toda a América, e os portugueses e espanhóis, pela sua difusão por outros continentes, especialmente África e Ásia” (LORENZI, 2012, p. 2).

Atualmente, no Brasil, a produção de mandioca é cerca de 24 milhões de toneladas por ano. Os números mostram o grande consumo desse produto no Brasil, quadro muito promissor para os que se dedicam a sua cultura, porém, a produção indígena desaparece nesse cenário.

Segundo Lorenzi (2012), no ano de 2009 a receita no setor mandioqueiro nacional foi de R\$ 5,6 bilhões de reais, gerando um milhão de empregos diretos. A intenção é inserir os Terena nesse contexto, gerando empregos diretos no interior da aldeia, luta assumida pelas lideranças da comunidade que cobram do Estado um olhar sensível para agricultura familiar indígena, obrigação caracterizada no artigo 29 da Declaração das Nações Unidas citado anteriormente.

A maioria da população brasileira desconhece a variedade do emprego e do uso da mandioca. A Tabela 2 mostra os vários derivados da raiz, a partir daí, podemos avaliar o quanto a nossa sociedade desperdiça em decorrência do desconhecimento e da condição de aproveitamento total da nossa raiz.

Tabela 2. Derivados e forma de utilização da mandioca

MANDIOCA	Parte Aérea	Folhas	Alimentação animal (triturada) e humana (suplemento)		
		Hastes	Alimentação animal (silagens, feno e in natura)		
	Raiz	Alimentação Humana	Cozidas, fritas, bolos, biscoitos, pães, tortas, rosucas, cremes, pudins etc.		
		Alimentação Animal	Cruas Cozidas Desidratadas (Farinhas, Raspas e Pellets)		
		Indústria	Amido (Fécula)	Uso alimentício (amido nativo e amido modificado)	Glucose Maltose Gelatinas Féculas
				Amido Industrial (nativo e modificado)	Adesivos, Têxtil, Papel e celulose, Farmacêutica, explosivos, calçados, tintas, embutidos etc.)
		Indústria	Amido Fermentado	Uso Humano/Alimentício	Confeitarias, Padarias, Ind. De biscoitos, Pães
			Farinhas	Consumo Humano	Farinhas de Mesa Farinha Panificada
				Consumo Animal	Rações Balanceadas
			Raspas	Farinhas de Raspas	Alimentação animal Alimentação humana
				Consumo Animal	Rações Balanceadas
		Álcool	Combustível Desinfetante Bebidas Perfumarias/Farmacêutica		

Fonte: Embrapa (apud CHICHERCHIO, 2013)

A mandioca pode, segundo Lorenzi (2012), ser 100% aproveitada, no entanto, muitas das técnicas são desconhecidas da população não indígena e indígena. Há uma necessidade urgente de capacitação para que possamos aprender a se beneficiar mais com produção da mandioca.

Conclusão

A mandioca é conhecida e consumida como alimento pelos indígenas americanos muito antes da chegada dos europeus no Brasil e continua sendo cultivada em grande escala, como mostra os números e dados estatísticos.

Os pequenos agricultores e as lideranças da Aldeia Kopenoti manifestam o desejo de aumentar a produção tanto da mandioca quanto de outros cultivos nas terras de Araribá, sendo a opção pelos cultivos de ciclos rápidos, essenciais para a geração de renda. Também é consenso entre os membros da comunidade que a inserção de maior número de pessoas na agricultura familiar da aldeia, daria condições para o trabalho na própria terra e, conseqüentemente, para que os seus entes permanecessem na aldeia, desobrigados de saírem em busca de trabalho nas fazendas da região ou deslocarem para outros estados brasileiros.

As tecnologias provocaram transformações significativas nas ferramentas de trabalho utilizadas na agricultura desde o Exiva até aqui na Aldeia Kopenoti. Então, temos que utilizar as ferramentas e o maquinário que temos na Reserva Indígena de Araribá para desenvolver a agricultura familiar. Porém, a inexistência de políticas públicas adequadas, voltadas à obtenção de crédito e assistência técnica torna difícil a aquisição dos recursos necessários para a produção, a produção e o seu escoamento.

A agricultura é a base sobre a qual assentavam as culturas Aruak. Os indígenas Terena do Araribá lutam pelo direito de cultivarem as suas terras, logo, de manterem a sua Cultura.

Referências

- ALVES, M. J. de C.; PEREIRA, M. A. **Lendas e mitos do Brasil**. Belo horizonte, UFMG, 2007.
- ARVORES do Brasil: informações e estudos sobre árvores nativas brasileiras. **Araribá**: centrolobium tomentosum. 2017 Disponível em: <<http://arvores.brasil.nom.br/new/arariba/index.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. Brasília, MEC, 2000.
- CARVALHO, E. de A. **As alternativas dos vencidos**: Índio Terena no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.
- CHICHERCHIO, C. L. S. **Mandioca e principais derivados**: noções. Conab, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_05_10_14_46_mandioca_e_derivados_-_nocoao_produtos.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- DINIZ, E. S. **Os guaranis e os terêna da reserva indígena Araribá**: suas atividades econômicas atuais. 1979. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/69571/72143>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

- GRASSI, L. G. I. **Arari'wa – Escola na mata, desvendando a Educação Indígena**. São Paulo: Livre Expressão, 2012.
- LIPÚ, Onofre. **Onofre Lipú**: relato oral. Avaí, SP: Aldeia Kopenoti, 2017.
- LORENZI, J. O. **Mandioca**. 2. ed. Campinas: CATI, 2012.
- MELLO, M. da G. **No espaço do branco e no espaço do índio**: a negação ao “ser” indígena. Dissertação (Mestrado) - USC, Bauru, 1995.
- NJE'A, I. **Mito de origem do povo Terena**: história ilustrada da cultura Terena. Bauru: Secretaria de Cultura, 2016.
- OLIVEIRA, J. E. de; PEREIRA, L. M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados: UFGD, v. 1, n. 2, jul/dez. 2007.
- PASSOS, R. J. P.; CALGARO, H. F. O perfil da agricultura familiar, grande responsável pela produção de alimentos. In: MAGNONI JUNIOR, L. et al. **Programa educativo e social JC na escola**: ciência alimentando o Brasil. São Paulo: Centro Paula Souza, 2016. p. 155-159.
- SEBASTIÃO, Cassiano. **Cassiano Sebastião**: relato oral. Avaí, SP: Aldeia Kopenoti, 2017.
- SEBASTIÃO, Ednilson. **Ednilson Sebastião – Cacique Chicão**: relato oral. Avaí, SP: Aldeia Kopenoti, 2017.
- SEBASTIÃO, Edilson. **Edilson Sebastião**: relato oral. Avaí, SP: Aldeia Kopenoti, 2017.
- SEBASTIÃO, Irineu. **Mito de origem do povo Terena**: história ilustrada da cultura Terena. Bauru: Canal 6, 2016.
- SILVA, L. F. V. e (Org.) **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.
- VIEIRA, L. M. Mnadioca. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2010-2011**. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Informativos/Mandioca/Mandioca_sintese_2011.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.